

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO
INTERIOR PAULISTA S.A.

3ª. EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2014

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 2015.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 3ª. Emissão Pública de Debêntures da CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Companhia Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à companhia emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

Características da Emissora

- Denominação Social: CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.
- CNPJ/MF: 03.207.703/0001-83
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Alessandro Scotoni Levy
- Atividades: a exploração da Malha Rodoviária de ligação entre os Municípios de Itapira, Mogi Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos Serviços Delegados, apoio na execução dos Serviços não Delegados, gestão e fiscalização dos Serviços Complementares, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 6 (seis), do Programa de Concessões elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo, de conformidade com o Edital de Licitação nº. DER 19/CIC/98, publicado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, e nos termos do Contrato de Concessão nº. 011/CR/2000, firmado com o DER/SP e subrogado à Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – “ARTESP”, por força da Lei Complementar Estadual nº. 914/2002.

Características da Emissão

- Data de Emissão: 25/09/2013
- Data de Vencimento: 25/09/2018
- Banco Escriurador/ Mandatário: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Código CETIP/ISIN: CRIP13/ BRVIADBS025
- Coordenador Líder: Banco BTG Pactual S.A.
- Destinação dos Recursos: os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures, após o pagamento das despesas e comissões da Oferta, serão destinados integralmente para refinanciamento de dívidas existentes, incluindo o resgate da primeira e

segunda emissões de debêntures da Emissora e para usos gerais da Companhia.

- Tipo de Emissão: Emissão pública de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 52.21-4-00 - Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado holding;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: de 0,83 em 2013 para 0,86 em 2014;
- ➔ Liquidez Corrente: de 5,26 em 2013 para 7,81 em 2014;
- ➔ Liquidez Seca: de 5,25 em 2013 para 7,80 em 2014;

➔ Giro do Ativo: de 0,38 em 2013 para 0,30 em 2014.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou um aumento de Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 64,3% de 2013 para 2014. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio também apresentou um aumento de 55,9% de 2013 para 2014. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido aumentou 9,3% de 2013 para 2014. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo um aumento de 55,7% de 2013 para 2014 e uma variação positiva de 8,2% de 2013 para 2014 no índice de endividamento.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 1,09% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2014):

Juros:

25/03/2014 – R\$ 525,925750

25/09/2014 – R\$ 592,508389

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 60.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 60.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;

- Amortização: não houve;
 - Conversão: não aplicável;
 - Repactuação: não aplicável;
 - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da companhia Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices e limites financeiros descritos no item 4.13.1, alínea “x” da Escritura de Emissão.

Covenants Financeiros		2014									
Concessionárias	EBITDA (12 Meses)	Ônus Fixo Pago	(1) Provisão Para Manutenção (Ajuste IFRS)	EBITDA Ajustado - Ônus Fixo Pago	Dívida Bruta	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras Vinculadas CP	Aplicações Financeiras Vinculadas LP	Dívida Líquida	Grau de Alavancagem (<= 3,50)	
Intervias	247.446	-7.016	32.597	273.027	998.362	613.145	0	55	385.162	1,41	

		(1)						
Concessionárias	FCAO	Pag. de Manutenção (Ajuste IFRS)	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras Vinculadas CP	Aplicações Financeiras Vinculadas LP	FCAO + Caixas e Aplicações	Dívida de Curto Prazo	ICSD (>= 1,20)
Intervias	222.740	16.141	613.145	0	55	852.081	27.060	31,49

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **ARTERIS S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 200.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 20.000;
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: 04/07/2015;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

(ii) Denominação da companhia ofertante: **ARTERIS S.A.**

- Emissão: 2ª.
- Valor da emissão: R\$ 300.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 30.000;
- Espécie: com garantia real;
- Prazo de vencimento das debêntures: 01/10/2017;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores*: (i) cessão fiduciária de 49% dos dividendos e juros sobre o capital próprio de titularidade da Arteris S.A. ("Arteris"), decorrentes de sua participação na Autovias S.A. ("Autovias"), 49% dos dividendos e juros sobre o capital próprio de

titularidade da Arteris, decorrentes de sua participação na Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Centrovias”), e 46,94% do fluxo de dividendos e juros sobre capital próprio de sua titularidade, decorrentes da participação da Arteris na Vianorte S.A. (em conjunto com a Autovias e a Centrovias, “Controladas”); (ii) 51% dos dividendos e juros sobre capital próprio de titularidade da Arteris na Autovias, 51% dos dividendos e juros sobre capital próprio de titularidade da Arteris na Centrovias, e 53,06% dos dividendos e juros sobre capital próprio de titularidade da Arteris na Vianorte, após cada liberação dos ônus existentes sobre tais dividendos e juros sobre capital próprio; e (iii) 100% dos recursos depositados em determinada conta vinculada de titularidade da Arteris, não movimentável livremente pela Arteris, na qual deverá ser depositada a totalidade dos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas Controladas à Arteris;

*Redação em conformidade com o 1º. Aditamento à Escritura de Emissão.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

(iii) Denominação da companhia ofertante: CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

- Emissão: 4ª.
- Valor da emissão: R\$ 375.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª. Série: 15.000; e (ii) 2ª. Série: 22.500;
- Espécie: quirografia;
- Prazo de vencimento das debêntures (de ambas as séries): 15/10/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)



A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	1.353.720	948.406	682.318
1.01	Ativo Circulante	670.806	320.682	150.486
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.538	1.346	2.024
1.01.02	Aplicações Financeiras	611.607	273.048	29.883
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	611.607	273.048	29.883
1.01.02.01.01	Titulos para Negociação	611.607	273.048	29.883
1.01.03	Contas a Receber	22.635	21.698	17.789
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.635	21.698	17.789
1.01.04	Estoques	352	474	354
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.134	793	112
1.01.07	Despesas Antecipadas	950	768	695
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.590	22.555	99.629
1.01.08.03	Outros	31.590	22.555	99.629
1.01.08.03.01	Empréstimos a Partes Relacionadas	31.493	22.522	92.277
1.01.08.03.02	Aplicações Financeiras Vinculadas	0	0	7.348
1.01.08.03.03	Outros Créditos	97	33	4
1.02	Ativo Não Circulante	682.914	627.724	531.832
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	325.222	297.324	200.643
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	55	13	36
1.02.01.01.01	Titulos para Negociação	0	0	36
1.02.01.06	Tributos Diferidos	13.299	7.946	3.284
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.299	7.946	3.284
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	311.745	289.261	197.000
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	311.745	289.261	197.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	123	104	323
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	123	104	323
1.02.03	Imobilizado	1.212	1.187	984
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.212	1.187	984
1.02.04	Intangível	356.480	329.213	330.205

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.04.01	Intangíveis	356.480	329.213	330.205
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	356.480	329.213	330.205

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo
(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	1.353.720	948.406	682.318
2.01	Passivo Circulante	85.905	60.967	186.152
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.650	4.576	4.194
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.650	4.576	4.194
2.01.02	Fornecedores	6.492	5.704	4.053
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.492	5.704	4.053
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	4.148	4.519	3.354
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	2.344	1.185	699
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.818	19.053	17.837
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.998	17.369	16.309
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.245	15.681	14.770
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	1.228	1.161	1.060
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	525	527	479
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.820	1.684	1.528
2.01.03.03.01	ISS	1.820	1.684	1.528
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.060	15.478	146.961
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	2.375
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	2.375
2.01.04.02	Debêntures	27.060	15.478	144.586
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	27.060	15.478	144.586
2.01.05	Outras Obrigações	15.238	10.101	9.983
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.728	1.160	934
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.490	893	923
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.238	267	11
2.01.05.02	Outros	12.510	8.941	9.049
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.763	1.763	1.810
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	7.713	7.177	7.214
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	14	1	25
2.01.06	Provisões	13.647	6.055	3.124

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo
(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.01.06.02	Outras Provisões	13.647	6.055	3.124
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	13.647	6.055	3.124
2.02	Passivo Não Circulante	1.068.840	686.576	305.464
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	971.302	597.871	231.540
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	278
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	278
2.02.01.02	Debêntures	971.302	597.871	231.262
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	971.302	597.871	231.262
2.02.02	Outras Obrigações	26.199	30.710	33.991
2.02.02.02	Outros	26.199	30.710	33.991
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	25.738	30.189	33.447
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	461	521	544
2.02.04	Provisões	71.339	57.996	39.933
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.078	2.298	1.837
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	857	813	754
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.221	1.485	1.083
2.02.04.02	Outras Provisões	69.261	55.697	38.096
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	68.523	55.003	37.443
2.02.04.02.05	Provisão para Investimento em Rodovias	738	694	653
2.03	Patrimônio Líquido	198.975	200.863	190.702
2.03.01	Capital Social Realizado	108.152	108.152	108.152
2.03.04	Reservas de Lucros	90.823	92.711	82.550
2.03.04.01	Reserva Legal	21.631	21.631	21.631
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	69.192	71.080	60.919

Anexo 2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	401.525	356.157	315.255
3.01.01	Receita de Serviços	401.525	356.157	315.255
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-142.064	-115.243	-106.038
3.02.01	Custos dos Serviços	-142.064	-115.243	-106.038
3.03	Resultado Bruto	259.461	240.914	209.217
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.881	-20.811	-19.219
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.975	-21.068	-19.653
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-27.020	-19.031	-17.902
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-2.848	-1.918	-1.686
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-107	-119	-65
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	94	257	434
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	94	257	434
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	229.580	220.103	189.998
3.06	Resultado Financeiro	-16.336	-14.409	-18.067
3.06.01	Receitas Financeiras	69.690	34.788	35.506
3.06.01.01	Receitas Financeiras	69.690	34.788	35.506
3.06.02	Despesas Financeiras	-86.026	-49.197	-53.573
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-86.026	-49.197	-53.573
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	213.244	205.694	171.931
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-70.368	-66.911	-55.125
3.08.01	Corrente	-75.721	-71.573	-57.349
3.08.02	Diferido	5.353	4.662	2.224
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	142.876	138.783	116.806
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	142.876	138.783	116.806
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	33,07000	32,12000	27,03000

Anexo 3

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Araras - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 139268/O-8 Contador CRC 1 SP 124504/O-9